Rio de Janeiro, 08 de Fevereiro de 2014

Compatriotas,

Depois das manifestações de junho de 2013, todos percebemos que os brasileiros queriam uma reforma geral, mas não chegamos a exigir nenhuma mudança específica, concreta, objetiva. Por isso foram os manifestantes chamados de "Rebeldes sem Causa".

O certo é que não adianta votar em branco ou nulo, ou ficar malhando e mudando Partidos e Políticos a cada eleição, enquanto as regras gerais, enquanto a engrenagem política brasileira continuar permitindo que todos os que estão no Poder se locupletem, aproveitando brechas ou normas equivocadas para se "darem bem". Mudam os ladrões e o roubo continua.

O que URGE é uma ampla reforma POLÍTICA e FISCAL que impeça qualquer um de se aproveitar.

De tudo que sei, ouvi e estudei, pude elencar aqui alguma coisa a ser modificada.

Estou chamando você a ler, ponderar, discutir, levar adiante este assunto, sugerir mudanças ou adendos à lista que agora te apresento.

Vamos ver se juntos conseguimos mover mais alguma coisa nesta ***engrenagem podre*** que deve ruir, quebrar e ser substituída.

REPASSE se concordar. Mande pra Políticos, para o Judiciário, Padres, Amigos, Parentes, Chefes de qualquer coisa, colegas de trabalho. Talvez consigamos fazer alguma coisa no AVAAZ.

Abraços, **Henrique Marques** – hmarques.jr@gmail.com

O que eu modificaria:

Henrique P. Marques Jr. - 07/02/2014

1. Acabar com os 23.000 cargos comissionados. Possibilidade de existir no máximo 2.000. Que deixariam seus cargos a cada 4 anos.
2. Somente as presidências de estatais ou autarquias poderiam ser politicamente ocupadas. O restante seria tecnicamente ocupado por funcionários de carreira da empresa ou autarquia e ministério.
3. As eleições seriam obrigatórias. Seriam encaradas como dever cívico. Voto branco não contaria como voto, somente os válidos e nulos. Votos em branco simbolizariam que nenhum candidato seria satisfatório ou a expressão de que não se deseja participar, por convicção ou mesmo alienação. Voto nulo contaria como voto errado ou equivocado, contando no montante eleitoral. Um expressivo número de votos em branco, tipo 30% ou mais, anularia as eleições.
4. Vereador teria que possuir pelo menos 2º grau completo e 24 anos de idade; Deputados Estaduais, 28 anos e nível superior; Deputados Federais, Governadores e Prefeitos, 30 anos e nível superior; Senadores e Presidente da República, 35 anos e nível superior.
5. Reduzir a quantidade de parlamentares: a quantidade de Senadores seria a de dois por Estado com mandato de 8 anos. A quantidade de Deputados Federais, Estaduais e Vereadores seria fixa, e hoje seria reduzida à metade, com mandatos de 4 anos, onde o coeficiente eleitoral seria revisado a cada eleição, de forma a calcular a quantidade de eleitos e vagas de cada Partido. Com isso o número de Deputados e Vereadores não iria aumentar eternamente, ficaria o mesmo para sempre. A relação populacional entre Estados seria revisada a cada 20 anos, revendo a quantidade de Deputados de cada Estado.
6. Todas as eleições aconteceriam juntas onde os Senadores seriam eleitos metade a cada 4 anos, para mandatos de 8 anos. Ou seja, a cada eleição voltaríamos em somente um, dos dois Senadores representantes do Estado. Eleições são muito dispendiosas para ocorrerem a cada 2 anos.
7. Não haveria verba para uso do Legislativo em obras ou empreendimentos. Que dirá orçamento imposi-

tivo. Os orçamentos anuais seriam somente de responsabilidade dos executivos: prefeitos, governadores e presidente. Legislativo legisla, não faz obras.

8. Nenhum cargo eletivo poderia ter mais que uma reeleição, seja legislativo ou executivo. Legislativo somente uma reeleição, Executivo, sem reeleição. Legislativos teriam que se afastar da Política por 8 anos, entre eleições.

9. A idade máxima de Ministros, Reitores, professores universitários e outros, deixaria de existir ou passaria para 80 anos.

10. O Legislativo não teria mais suplentes. Na saída de algum Senador ou Deputado entraria o seguinte eleito.

11. O Executivo não poderia colocar em seus cargos comissionados e ministérios, Senadores ou Deputados, uma vez que foram eleitos pelo povo para estes mandatos legislativos.

12. Se, por qualquer motivo o Senador ou Deputado se retirasse de seu cargo, ou morresse, perderia seu cargo para o próximo da linha sucessória da eleição.

13. Os diversos cargos comissionados ou posições legislativas, Deputados, Senadores etc, teriam um salário único, sem acréscimos ou ajudas de qualquer tipo, carro privativo, auxílios moradia ou terno, etc. Qualquer gasto do parlamentar ou funcionário público do dia-a-dia seria de inteira responsabilidade do mesmo, a menos que em viagem a trabalho.

14. Rever as pessoas que viajam juntamente com parlamentares a serviço dentro e fora do país, acabando com estes trens da alegria de que temos conhecimento.

15. Todos os gastos com salários, viagens etc, seriam disponibilizados facilmente pelos sites correspondentes.

16. Só receberiam apartamentos funcionais os Federais eleitos que residissem fora de Brasília. Estes teriam somente uma passagem aérea para sua cidade por semana, ida e volta. Ida somente nas sextas à tarde e voltas somente nas segundas de manhã. Fora desta agenda ele estaria por conta própria. Não usando um determinado agendamento, perderia tal passagem. Esta passagem teria que ser marcada como qualquer outra, na categoria econômica, com assento predefinido, jamais tirando o assento de outra pessoa já marcada. Deputados e Senadores entrariam nos voos como pessoa comum, sem passar na frente em voos cheios.

17. Tais cargos legislativos ou ministeriais teriam direito a dois assessores particulares de confiança, podendo ser qualquer pessoa, mesmo parente ou cônjuge, com salário de assessor, pago pela casa. Caso precisasse de algo mais, a administração do local providenciaria: cartas, papéis, envelopes, correio, secretários, tudo pelas expensas da casa e não como adendos salariais.

18. Os Partidos Políticos seriam a figura central da política brasileira. Teriam que ter uma representatividade mínima e seriam distribuídos pela ideologia partidária: não poderiam existir mais de um Partido Trabalhista, mais que um Comunista ou Social Democrata. O STF organizaria estas questões, sugerindo mesclas ou proibindo sua criação.

19. As coligações seriam permitidas se existissem já no primeiro turno e se mantivessem no segundo turno, e em todos os níveis em cidades ou estados. Para cargos do Executivo e Senado, as coligações poderiam se refazer no 2º turno.

20. Se ao final de cada mandato se verificasse que as promessas de campanha não estão sendo realizadas, o povo poderia pedir impedimento de se candidatar para se reeleger ou mesmo retirar o partido da próxima disputa.

21. O financiamento das campanhas seria somente público e, embora venha a onerar mais o Estado, garantiria mais equilíbrio entre os partidos políticos quanto ao poder econômico, além de acabar com as práticas de compra de espaço político e poder junto ao Governo.

22. Todas as votações legislativas seriam abertas, facilmente identificáveis.

23. O numero máximo de Ministérios seria fixo, por exemplo, 20 e as secretarias estaduais e municipais deveriam seguir o mesmo esquema e designação. Com isso as questões poderiam ser tratadas verticalmente do município à esfera federal. Ministério da Saúde tratando com as secretarias de saúde, assim por diante.

24. Educação e saúde seriam responsabilidades das 3 esferas. Existiriam hospitais pertencentes ao município, ao estado e ao governo federal. Escolas idem, mas poderiam ser distribuídas pelos níveis: 1º grau seria municipal, 2º grau seria estadual e acima disso seria tratado no âmbito federal. Mesmo as escolas particulares se reportariam a esta distribuição por Secretarias e Ministérios correspondentes.

25. As cotas universitárias seriam de 25% no máximo e não incluiriam raças em sua distribuição, mas somente nível econômico. Tais cotas existiriam por um tempo predeterminado, tipo 15 anos, depois acabariam. Durante este tempo o governo seria obrigado a investir pesado em educação, como 20% do PIB.

26. Quem se formasse por universidade pública teria de trabalhar para a sociedade por 2 anos, onde fosse determinado e teria um salário digno, tanto maior quanto mais se afastasse de seu domicílio.

27. As obras e empreendimentos públicos só poderiam ser realizados por licitação. Se o tempo se perdesse não poderiam prosseguir, como é feito hoje em todas as obras grandes que se atrasam de propósito para poderem ser feitas a toque de caixa e sem licitação. Não existiriam mais os famosos aditivos, que multiplicam os valores das obras *ad infinitum*.

28. Funcionário público que roubasse teria pena dobrada, assim como autoridades públicas e policiais.

29. A Polícia seria única, sem militarismo envolvido, somente Civil, e continuaria estadual. Teríamos a Guarda Municipal com poderes de polícia no trânsito e no dia-a-dia do cidadão. A quantidade de policiais teria de ser drasticamente aumentada nos Estados e Municípios.

30. A Polícia Federal continuaria da mesma forma, com os mesmos poderes e designações.

31. O imposto sobre rendas seria único. Cobrado na fonte pagadora e em 5 níveis, como é hoje, mas não haveria teto máximo para seu pagamento. As alíquotas seriam 0, 5, 10, 20 e 40%. Nosso salário seria taxado em zero até um valor, em 5% dentro de outra faixa, e assim por diante. Quem ganhasse 1 milhão pagaria 40% de 1 milhão. Teria isenção quem ganhasse até 5 Salários mínimos por mês.

32. O imposto sobre produtos ou serviços seria pago por quem produz e quer vender, não por quem consome. O consumidor não pagaria mais nenhum imposto.

33. O ICMS do petróleo, assim como todos os outros, seria recebido pelo Estado que o produz, não pelo que consume, um ganho astronômico de SP em detrimento do RJ.

34. Royalties, como explica o nome, seriam recebidos somente pelo Estado extrator e mais ninguém. Petróleo, minérios, sal, água etc. Outra parte dos ganhos da extração seria Federal e outra parte, pequena, para outros estados e/ou municípios.

35. Seria tolice reservar parte dos ganhos da extração de alguma coisa para fins específicos como saúde e educação, já que estas estariam cobertas por X% do PIB.

36. Os programas assistenciais só poderiam existir com vida útil predefinida. Minha Casa, Minha Vida seria definido em X milhões de unidades; Bolsa Família durante determinado tempo para cada integrante, assim por diante. E teriam um limite de 18% do PIB. Educação 20% e saúde 20%.

37. Os programas de apoio a quem quer estudar, como FIES, não teriam limitações, assim como era no seu lançamento. Não precisaria ter uma renda familiar máxima. Todos teriam o mesmo direito. O mesmo para financiamento de casa própria.

38. Acabar com os motoristas particulares 24 h/dia, com o agravamento das horas extraordinárias para servir suas excelências, filhos e famílias e até, as ex-famílias. Motoristas só a serviço e com expediente de-

finido.

39. Controlar o pessoal da Função Pública (todos os funcionários pagos por nós que nunca estão no local de trabalho). HÁ QUADROS (diretores gerais e outros) QUE, EM VEZ DE ESTAREM NO SERVIÇO PÚBLICO, PASSAM O TEMPO NOS SEUS ESCRITÓRIOS DE CONSULTORIAS A CUIDAR DOS SEUS INTERESSES..... Cartão de ponto para todos os funcionários públicos, dos 3 poderes.

40. Diminuir as administrações numerosíssimas de hospitais públicos que servem para garantir aos apadrinhados do poder - há hospitais de cidades com mais administradores que pessoal administrativo e médico pertencentes às oligarquias locais do partido no poder.

41. Acabar com os milhares de pareceres jurídicos, caríssimos, pagos sempre aos mesmos escritórios que têm canais de comunicação fáceis com o governo, no âmbito de um tráfico de influências que há que criminalizar, autuar, julgar e condenar.

42. Rever as várias aposentadorias por pessoa, de entre o pessoal do Estado e entidades privadas, que passaram fugazmente pelo LEGISLATIVO.

43. Pedir o pagamento da devolução dos milhões dos empréstimos compulsórios confiscados dos contribuintes, e pagamento IMEDIATO DOS PRECATÓRIOS judiciais.

44. Criminalizar, imediatamente, o enriquecimento ilícito, perseguindo, confiscando e punindo os ladrões que fizeram fortunas e adquiriram patrimônios de forma indevida e à custa do contribuinte, manipulando e aumentando preços de empreitadas públicas, desviando dinheiros segundo esquemas pretensamente "legais", sem controle, e vivendo à tripa forra à custa dos dinheiros que deveriam servir para o progresso do país e para a assistência aos que efetivamente dela precisam.

45. Não deixar um único malfeitor de colarinho branco impune, fazendo com que paguem efetivamente pelos seus crimes, adaptando o nosso sistema de justiça a padrões civilizados, onde as escutas VALEM e os crimes não prescrevem com leis à pressa, feitas à medida.

46. Impedir os que foram ministros de virem a ser gestores de empresas que tenham beneficiado de fundos públicos ou de adjudicações decididas pelos ditos, por, pelo menos, 12 anos. Quarentena.

47. Fazer um levantamento geral e minucioso de todos os que ocuparam cargos públicos, central e local, de forma a saber qual o seu patrimônio antes e depois.

48. Pôr os Bancos pagando impostos e atendendo a todos nos horários do comércio e da indústria.

49. Cobrar os impostos normalmente de igrejas, religiões e seitas.

50. Proibir repasses de verbas para todas e quaisquer ONGs.

51. Acabar com as mordomias (que são abusivas) da aposentadoria do Presidente da Republica e de outros parlamentares e funcionários públicos, após seu mandato. Nós, brasileiros comuns, temos que trabalhar 35 anos e não temos direito a carro, combustível, segurança etc.

52. Acabar com o direito de prisioneiro receber qualquer salário sem trabalhar. O prisioneiro deve trabalhar para receber algum benefício e deveria indenizar a família que ele prejudicou, além de se sustentar. O cidadão correto não deve pagar por prisioneiros que mataram sua própria família.

53. SUGIRA A SUA REGRA.....